

Regimento cria "31" de junho

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Câmara, ÍbSEN Pinheiro (RS), constatou ontem que o regimento do Congresso dá poderes inimagináveis aos parlamentares — até para mudar o calendário gregoriano. "Hoje, no Senado, não é 1º de julho, é 31 de junho", brincou ÍbSEN com um colega pela manhã. Ele se referia ao fato de o recesso da Casa ter sido adiado na prática por um artifício do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente do Senado. Carneiro "esticou" o calendário para permitir uma negociação entre partidos e governo sobre a lei de política salarial, aprovada na Câmara semana passada.

Carneiro também responsabilizou ontem o Congresso por não ter apreciado o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) durante o período de funcionamento

normal do Legislativo que terminaria no último dia 30. Referindo-se aos sucessivos adiamentos da votação por falta de quórum na semana passada, afirmou: "Se deputados e senadores tivessem cumprido seu dever de comparecer, não estaríamos discutindo hoje se prorrogamos ou não os trabalhos".

De acordo com a Constituição, o Congresso não poderia entrar em recesso sem ter aprovado a LDO. Mas mesmo convencido de que pode devolver o projeto ao presidente Fernando Collor, para que o sancione e o coloque em vigor, Carneiro admitiu, neste semestre, uma inusitada prorrogação dos trabalhos do Legislativo — que deveria ter entrado em recesso no último sábado. O senador esperava, sobretudo, o fechamento de um acordo, que acabou não

acontecendo, em torno da lei salarial.

Ontem, representantes do PT, PSDB e PDT admitiam a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal caso o Congresso entre em recesso sem votar a LDO. Eles argumentam que essa decisão de Carneiro iria ferir o direito de os parlamentares apreciarem o projeto da LDO.

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) disse ontem que Carneiro "está ética e moralmente obrigado" a manter o Congresso em funcionamento, mesmo que seja necessário convocar extraordinariamente os parlamentares. Muito exaltado, Bisol afirmou, durante a sessão do Senado, que o caráter urgente e relevante da LDO "é evidente" o que exige, de acordo com a Constituição, uma posição do Congresso.